

# Movimento negro vai à Justiça

A Constituição trata o racismo com maior rigor, mas ainda são poucos os processos instaurados

LINA DE ALBUQUERQUE

A filha de 12 anos da jornalista Lúcia Corrêa se diz insultada pelo porteiro de seu prédio, João dos Santos; a pedagoga Elenice Freitas, acusada de trocar as etiquetas das mercadorias por um funcionário do supermercado Carrefour. Ao reivindicar melhorias para o clube "Amigos do Samba", o advogado Oswaldo Ribeiro, assessor de relações sociais do governo do estado, sente-se destratado por Renato Haydu, superintendente da Companhia de Água e Esgoto de Osasco. Episódios dessa natureza, em que as vítimas são da raça negra, não constituem novidade no Brasil. Ao contrário de outras histórias de preconceito racial, porém, os três casos acabaram por desembocar na Justiça, com base no novo dispositivo constitucional que define os crimes de racismo.

A Constituição Federal qualifica agora a prática de racismo (outrora disciplinada pela Lei Afonso Arinos) como "crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão". A medida parece ter dado novo alento ao movimento negro do País. "O número de processos ainda é pouco expressivo, mas o novo regulamento vai acautelar condutas racistas", acredita o deputado Carlos Alberto Caó (PDT-RJ), autor do dispositivo.

Na opinião de Hélio Santos, fundador do Conselho da Comunidade Negra em São Paulo no entanto, lei nenhuma reverterá discriminação racial, se não vier acompanhada de amplo processo educativo: "Não me espanta que a maioria de atitudes racistas parta de trabalhadores brancos pouco instruídos, muitos inclusive com ascendência negra".

Para a psicóloga Paula Baltazar, integrante do Centro de Cultura Negra do Maranhão, a sociedade brasileira deve demostrar a incorporar o significado da nova lei, principalmente porque o racismo é muito velado no País. Recentemente, ela foi acusada de trocar o preço das mercadorias por um funcionário das Lojas Americanas, em Campinas (SP). "Ele não admitiu que o problema era a minha cor e simplesmente disse ter ficado desconfiado porque eu andava muito pela loja", conta.

São raros os casos, como o ocorrido com Bárbara, filha da



Cesar Diniz/AE

*Bárbara com a mãe, Lúcia: porteiro que ofendeu a menina reconheceu o próprio racismo*

jornalista Lúcia Corrêa, em que o porteiro, depois de xingá-la, reconhece "não gostar mesmo de preto". Ou, como aconteceu com o cozinheiro Geraldo Máximo, agredido no Rio por um policial porque se recusou a apanhar os documentos atirados por ele no chão. "O dia da Abolição já acabou", disse o policial.

## FALTA INFORMAÇÃO

O Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), no Rio de Janeiro, vinha acompanhando uma série de casos de discriminação racial antes mesmo da promulgação da Constituição. Há pouco tempo a imprensa noticiou, por exemplo, a sua intermediação no episódio que envolveu o jornal *O Planeta Diário* e a revista *Casseta Popular* por causa da capa do disco *Planeta-Casseta: preto com buraco no meio*, que mostra um homem negro perfurando o centro do elepe com uma furadeira. Segundo a advogada do IPCN, Regina Coeli Benedita dos Santos, o processo não foi formalizado, pois os jornalistas resolveram encami-

nhar um pedido de desculpas ao Instituto.

O primeiro contato de Regina com o IPCN foi em agosto do ano passado, quando sua filha Michele Ivana, então com 17 anos, contou que o professor de História da Escola Santa Maria, Antônio Goncelos, fazia apologia do regime do apartheid e contava piadas racistas em sala de aula. O processo só não chegou a ser instaurado porque os outros alunos de sua escola em Niterói eram menores e seus pais não quiseram ser testemunhas.

Diva Moreira, presidente da Casa Dandara, em Belo Horizonte, lamenta que grande parte da população negra não esteja informada a respeito dos seus direitos. Um dos casos mais comovedores encaminhados à casa foi o da mãe negra Catarina Chagas: ela reclamava do pai de uma menina branca que pediu à professora do Jardim da Infância do Instituto da Educação que mudasse a filha da mesa on-

de se sentava com seu filho negro. "Isso me lembrou uma na escola em que um menino branco se recusou a seguir a minha mão, na brincadeira de roda", diz Diva. Quando criança, ela ganhou o humilhante apelido de *Galinha Sureca* por uma professora que implicava com os seus cabelos. Um dos principais trabalhos desenvolvidos na casa é justamente educar as crianças negras no sentido de aceitarem a sua raça.

O Centenário da Abolição, no ano passado, deu um estímulo à abertura de muitos processos devido a racismo, antes mesmo da vigência do novo dispositivo constitucional. Advogada Amélia Carvalho relata o caso do dentista Carlos Alberto Godas, que foi condenado a prestar serviço odontológico gratuito durante um ano por ter acusado o seu sobrinho Jair Carvalho, entregador de supermercado, de roubar o anel da mulher dele durante o serviço. "Se o processo fosse julgado hoje daria prisão na certa", garante Amélia.